

## À GUISA DE INTRODUÇÃO

*A matéria das custas processuais, em regra ausente do estudo da lei de processo em que se integra, é, não raro, regida por normas desfasadas da realidade a que devem aplicar-se, ambíguas, lacunosas e, por isso, de difícil compreensão.*

*Mas o seu relevo é manifesto, porque tem a ver com o custo da justiça, que deveria ser nulo para quem tivesse vencimento integral da causa, de harmonia com o princípio da causalidade. Esse relevo é revelado, além do mais, pelo número de recursos sobre essa matéria interpostos para os tribunais superiores da ordem judicial, da ordem administrativa e tributária e da ordem constitucional.*

*Motivados pelas referidas circunstâncias, perante a alteração do Código de Processo Civil, com incidência em matéria de taxa de justiça, pelo Decreto-Lei n.º 97/2019, de 26 de julho, e a alteração ao Regulamento das Custas Processuais pelo Decreto-Lei n.º 86/2018, de 29 de outubro, e pelas Leis n.ºs 27/2019, de 28 de março, 76-B/2020, de 31 de dezembro, e 7/2021, de 26 de fevereiro, e, esgotada a sétima edição, decidimos publicar a oitava.*

*Exaurida a oitava edição e alterado o Regulamento das Custas Processuais pela Lei n.º 9/2022, de 11 de janeiro, fizemos publicar a nona edição.*

*É estruturada em cinco partes, a primeira sobre as normas de processo civil sobre responsabilidade por dívidas de custas, a segunda sobre as normas de processo civil referentes ao pagamento da taxa de justiça, a terceira sobre a responsabilidade pelo pagamento das custas criminais, a quarta sobre o regulamento das custas processuais, e a quinta sobre a liquidação e o processamento da conta.*

*Continua a usar-se o método de pretérito de texto simples e objetivo, em perspectiva mais prática do que teórica. Atualizou-se o desatualizado, corrigiu-se o que nos pareceu de corrigir face à dinâmica das soluções doutrinárias e jurisprudenciais entre-*

*tanto conhecidas, melhorou-se a sistematização, tudo com o escopo de simplificação e de facilitação da compreensão do seu conteúdo.*

*Teve-se especialmente em linha de conta a doutrina e a jurisprudência que se têm pronunciado sobre a matéria, acrescentou-se o julgado pertinente, clarificaram-se soluções, simplificou-se a estrutura e eliminou-se o considerado supérfluo ou menos relevante.*

*Tal como nas anteriores edições, visou-se facultar a máxima informação útil sobre o tema das custas processuais em geral, nas suas vertentes de taxa de justiça, encargos e custas de parte.*

*Oxalá que o resultado deste modesto trabalho possa servir de instrumento útil a quem trabalha com e nos tribunais, e não fique muito aquém do que foi o nosso desígnio.*

*novembro de 2022*

## ÍNDICE GERAL

À GUISA DE INTRODUÇÃO	5
-----------------------	---

PARTE I – NORMAS DE PROCESSO CIVIL SOBRE RESPONSABILIDADE POR DÍVIDA DE CUSTAS	7
---	---

1. Regra geral em matéria de custas	7
2. Regras relativas ao litisconsórcio e à coligação	10
3. Custas processuais	11
4. Taxa de justiça	13
5. Taxa sancionatória excepcional	19
6. Encargos	20
7. Custas de parte	23
8. Atos e diligências que não entram na regra geral das custas	26
9. Responsabilidade do autor pelas custas	28
10. Repartição das custas	30
11. Custas no caso de confissão, desistência ou transação	34
12. Custas devidas pela intervenção acessória e a assistência	35
13. Custas nos procedimentos cautelares, nos incidentes e nas notificações	36
14. Pagamento dos honorários pelas custas	39
15. Garantia de pagamento de custas	39
16. Responsabilidade do representante de incapazes	40

PARTE II – NORMAS DE PROCESSO CIVIL SOBRE O PAGAMENTO DA TAXA DE JUSTIÇA	43
---	----

1. Comprovativo do pagamento de taxa de justiça	43
2. Requisito da petição inicial relativo ao pagamento da taxa de justiça	45

3.	Efeito jurídico da omissão do autor de comprovar o pagamento da taxa de justiça ou o benefício do apoio judiciário relativos à petição inicial	48
4.	Consequência jurídica da omissão da secretaria de recusa da petição inicial	48
5.	Comprovativo do pagamento da taxa de justiça relativa à contestação	49
6.	Omissão de pagamento da taxa de justiça nos recursos	53

### PARTE III – RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO

DAS CUSTAS CRIMINAIS		55
1.	Responsabilidade do arguido por custas	55
2.	Responsabilidade do arguido por encargos	56
3.	Responsabilidade do assistente por custas	58
4.	Arquivamento ou suspensão do processo	61
5.	Casos de isenção do assistente	61
6.	Responsabilidade do assistente por encargos	62
7.	Taxa devida pela constituição de assistente	63
8.	Responsabilidade do denunciante	64
9.	Regras especiais	64
10.	Isenções	66
11.	Custas no pedido cível	67
12.	Disposições subsidiárias	67
13.	Requisitos da sentença quanto a custas	68
14.	Requisitos da sentença absolutória	68
15.	Responsabilidade pelas custas no enxerto civil	69

PARTE IV – REGULAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS		71
1.	Regras gerais	71
2.	Âmbito de aplicação	72
3.	Conceito de custas	72
4.	Isenções	73
5.	Unidade de conta	94
6.	Regras gerais	96
7.	Regras especiais	103
8.	Taxa de justiça em processo penal e contraordenacional	110
9.	Fixação das taxas relativas a atos avulsos	117
10.	Taxa sancionatória excecional	121
11.	Regra geral de fixação da base tributária	122
12.	Fixação do valor em casos especiais	123

13. Responsáveis passivos	127
14. Oportunidade do pagamento	132
14-A. Dispensa de pagamento da segunda prestação	138
15. Dispensa de pagamento prévio	142
16. Tipos de encargos	145
17. Remunerações fixas	149
18. Despesas de transporte	154
19. Adiantamento de encargos	157
20. Encargos	158
23. Falta de pagamento	160
24. Imputação na conta de custas	162
25. Nota justificativa	163
26. Regime	169
26-A. Reclamação da nota justificativa	175
27. Disposições gerais	178
28. Pagamento	182
29. Oportunidade da conta	184
30. A conta	189
31. Reforma e reclamação	192
32. Pagamento voluntário	198
33. Pagamento das custas em prestações	202
34. Incumprimento e direito de retenção	205
35. Execução	209
37. Prescrição	215
38. Responsabilidade do Estado por custas	216
39. Destino das custas processuais	219
40. Contagem dos prazos	220
41. Tabela I	221
42. Tabela II	222
43. Tabela III	224
44. Tabela IV	225
PARTE V – LIQUIDAÇÃO E PROCESSAMENTO DA CONTA	227
1. Âmbito	227
2. Elaboração da conta	227
3. Sistema informático	228
6. Créditos e débitos da conta	228

7. Conta	229
7-A. Dispensa da conta	231
8. Pagamento de taxa de justiça	231
9. Quantias depositadas à ordem dos processos	232
10. Pagamentos por terceiro	233
11. Pagamento de taxa de justiça nos processos de jurisdição de menores	233
17. Meios eletrónicos de pagamento	234
18. Documento único de cobrança	236
19. Emissão do DUC	238
20. Emissão do DUC nos tribunais e conservatórias	238
21. Guias emitidas pelo tribunal	239
22. Documento comprovativo	240
23. Erros no pagamento com DUC	242
23-A. Devolução de DUC	242
25. Pagamento de multas e penalidades	243
26. Pagamento da taxa sancionatória excecional	244
27. Pagamento	245
28. Prazo de pagamento voluntário da conta	245
29. Devoluções	247
30. Procedimento da secretaria	248
31. Procedimento das partes	249
32. Cálculo dos honorários do mandatário judicial ou agente de execução	249
34. Organismo responsável	250
35. Gestão e controlo	251
36. Receitas provenientes do sistema judicial	252
38. Quantias de valor reduzido	255
39. Custas processuais	255
40. Pagamentos	257
41. Pagamento por cheque	258
42. Nota de pagamentos	260
43. Transferências	261
46. Estruturas de resolução alternativa de litígios	262
48. Norma revogatória	263
49. Entrada em vigor	263
BIBLIOGRAFIA	265
ÍNDICE GERAL	267